



ALFAEJA
III Encontro Internacional de Alfabetização
e Educação de Jovens e Adultos

ENCONTROS DE FORMAÇÃO NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO PARA MULHERES EM COMUNIDADES ISOLADAS NO VALE DO RIBEIRA (SP)

Paula Simone Busko

Universidade Católica de Santos UNISANTOS

paulabusko@gmail.com

EIXO TEMÁTICO: SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E DIVERSIDADES

RESUMO

Este trabalho faz referência às ações e modos de educar de religiosas católicas em comunidades isoladas do Vale do Ribeira – litoral sul paulista – que desde os anos 1980 ajudaram na emancipação social e política destas populações mais distantes dos meios urbanos. Carentes de formação social e política e longe do desenvolvimento econômico relativo aos centros urbanos, os jovens daquelas cidades não dispunham de uma educação adequada nem condições de deslocamento para as cidades onde havia escolas para estudar. Refutando a ideia de que a educação de adultos não forma, não prepara e não transforma, as educadoras religiosas propõe a educação libertadora. Aos poucos, pela alfabetização e depois pela percepção de sua realidade, um adulto pode sim mudar seu modo de viver, não para se libertar do meio onde vive, mas para transformá-lo em um meio mais livre e democrático. Que a Igreja católica, juntamente com outras organizações de classe, a exemplo da Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra por muitas vezes se torna responsável pelos projetos de alfabetização no campo e de formação cidadã de jovens carentes.

Palavras-chave: alfabetização de adultos, gênero, educação no campo, relações étnico-raciais.

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz referência às ações e modos de educar de religiosas católicas em comunidades isoladas do Vale do Ribeira – litoral sul paulista – que desde os anos 1980 ajudaram na emancipação social e política destas populações mais distantes dos meios urbanos. O que apresento é um relato de experiência de minha pesquisa de mestrado intitulada: Memória e Libertação: Ações e Modos de Educar de Mulheres da Igreja no Litoral



Sul Paulista (1950-2000) onde as religiosas católicas propuseram práticas de ensino voltado para a educação de mulheres adultas. Estas mulheres pouco alfabetizadas, negras em sua maioria, caiçaras, pouco conheciam da vida em outro lugar que não aquele, o Vale do Ribeira. Nos anos 1950, o desenvolvimento econômico nacional não conhecia aqueles caminhos e pergunta-se se até hoje não seriam populações esquecidas da modernidade que se pretendeu alcançar o Estado brasileiro.

O chamado Vale do Ribeira, que teve seu início no século XVI, passou a constituir povoados como os de Cananéia e Iguape que com o passar do tempo se tornaram pequenas cidades do interior paulista. Estas cidades funcionavam como centro de apoio aos colonizadores que ali se instalavam, devido aos seus portos que facilitavam a entrada e saída de mercadorias da região. Devido à sua localização geográfica, se tornou um lugar propício para a formação de comunidades quilombolas por possuir muitas montanhas e rios que entrecortam a região. Nos anos 1502 e 1510, alguns portugueses e alguns espanhóis, degredados ou naufragos, começaram a povoar a região que se estendia desde São Vicente até o que seriam as futuras povoações de Iguape e Cananéia. No ano de 1531, o rio Ribeira já era bastante conhecido como caminho natural para as entradas daquela época, mas ainda havia constantes contendas entre brancos e índios. A cidade de Eldorado, também conhecida como Eldorado Paulista, possui uma história singular, pois era a mais rica em mineração no final do século XVIII e onde se deu a maior concentração de escravos alforriados ou abandonados em seu entorno. Tornando-se camponeses, passaram a se considerar livres para seguir a religião que quisessem e para produzir por si próprios os sustentos de suas famílias.

Plantações de mandioca, milho e banana são facilmente encontrados e a venda destes produtos na beira das estradas ainda é comum, um modo de sobrevivência em tempos de crise.

Nota-se, porém, que nestas pequenas cidades, depois de passados cinco séculos, nos anos 1980, ainda havia um número elevado de analfabetos acima dos quinze anos. Carentes de formação social e política e longe do desenvolvimento econômico relativo aos centros urbanos, os jovens daquelas cidades não dispunham de uma educação adequada nem condições de deslocamento para as cidades onde havia escolas para estudar. Visando o aprendizado para a formação de lideranças femininas nestes meios, a Igreja católica, através da Congregação Jesus Bom Pastor, traz suas religiosas conhecidas como As Pastorinhas, que além de promoverem um processo de alfabetização neste meio, dialogam acerca das



experiências e narrativas de mulheres carentes, fazendo-as entender que o processo de alfabetização traz consigo uma mudança na forma de pensar e agir dentro daquelas comunidades. Ao se estabelecerem na cidade de Eldorado nos anos 1986 passaram a visitar as comunidades, formaram núcleos de estudos femininos, com ênfase nas mulheres bíblicas, com o intuito de conhecer melhor o viver daquelas populações. As mulheres que ali estavam passaram a se identificar com o viver sofrido das mulheres do livro e dessa maneira as mulheres começaram a se integrar nos modos de vida que necessitavam de uma ajuda para se emancipar e viver mais dignamente. Muitas destas mulheres acreditam que se tivessem tido uma oportunidade hoje não sofreriam tanto com a falta de algum conhecimento que as pudessem levar a algum lugar com mais recursos. Para muitas, o estudo ainda é considerado um luxo. Colocar as mulheres como ponto principal a ser estudado nos revela que nestas migrações se formou uma nova identidade cultural por parte delas, mesmo nas tentativas de resistência, procurando manter suas religiosidades na formação de novos grupos de quilombolas, por exemplo.

Muitas críticas, sobretudo nos meios acadêmicos, tem se ouvido a respeito de educadoras religiosas em meio às populações carentes. O fato de muitos quilombos ainda preservarem a cultura africana como a umbanda e o curandeirismo dá a entender que por as religiosas estarem ali, estes processos culturais sejam suplantados pela religiosidade católica. O que sei pela pesquisa é que no Vale do Ribeira isso nunca ocorreu e precisamos conhecer para criticar a vivência das religiosas neste meio. Desde os anos 1940 a presença católica no Vale do Ribeira é marcante e não vi outra. Nem política, nem de outra religião, nem de médicos, pesquisadores ou acadêmicos que sentados em uma mesa redonda realmente conheçam as características do que falam em oratória. Deve-se ter muito cuidado em generalizar os discursos ao dizer “povo sofrido e massacrado em suas culturas pela Igreja” porque neste relato e nas vivências sociais que presenciei não vi “massacre” nenhum. Mais adiante, transcorrendo as práticas educativas nos chamados Encontros de Formação argumento a chamada pelo respeito que se deve ter pelo trabalho de educadores que perseveram na prática do ensino e dos encontros ecumênicos visando o bem e a integração social. Os negros e suas culturas particulares devem ser respeitados, mas devem ter em mente que devem estar integrados e outros processos culturais e não se isolarem para dizer que os negros devem estar longe dos brancos, que devem se manter longe de outras raças, que devem se impor como uma cultura melhor que outra. Temos que tomar cuidado com estas



falas porque eu já às encontrei nos espaços acadêmicos e porque segregam e viralizam o ódio desnecessário de uns com outros. Portanto, o correto é tomar pela prática e não pela teoria. Ao tomarmos pela prática descobertas significativas poderão acontecer em muitos meios isolados. Os *Encontros de Formação* propostos pelas religiosas visam à conscientização, o acolhimento e a convivência nas relações étnico-raciais e não nas separações étnico-raciais, isto se faz necessário dizer onde os espaços viabilizam estes encontros.

PRÁTICAS EDUCATIVAS NOS ENCONTROS DE FORMAÇÃO

Há muitas formas de educar, mas de qualquer modo o que importa é a concepção que se tem desta formação e as práticas educativas que envolvem alguns métodos de ensino importantes de serem considerados. A questão que se faz presente nesta comunicação que viabiliza uma visão de experiência de pesquisa é identificar quais as formas de transmissão e circulação destes saberes intitulados como *Encontros de Formação*¹, que conferem um significado emancipatório, de cunho social e político, que vai de encontro aos conflitos das relações étnico-raciais ali existentes. A inserção de debates nestes processos de alfabetização-conscientização destas mulheres, em sua maioria oriundas dos quilombos da região, ribeirinhas, pequenas agricultoras, busca promover as experiências sociais e culturais que abordam as questões de gênero, da educação no campo e da preservação do meio ambiente.

Os Encontros de Formação começaram com a participação exclusiva de mulheres onde se debatia as injustiças e as desigualdades sociais, mas também os modos de viver com um levantamento sobre as questões agrárias e de saúde comunitária. Com o passar do tempo outros encontros passaram a acontecer como os ecumênicos, os culturais, os que caracterizavam os debates a respeito de questões agrárias e contra as barragens que se estabeleciam na região. Através de diversos temas as práticas educativas permeavam o viver de mulheres que buscavam uma nova maneira de enxergar o mundo, vivenciar novas experiências, como na agricultura familiar, nas negociações com os comerciantes daquela região e da formalização de seu trabalho.

¹Promovido pelas educadoras religiosas, propunha a reunião de mulheres que através de estudos bíblicos pudessem aprender a ler e a escrever visualizando as ações de mulheres da Bíblia. Este projeto de educação para mulheres está referenciado na dissertação de mestrado que realizei: *Memória e Libertação: Ações e Modos de Educar de Mulheres da Igreja no Litoral Sul Paulista (1950-2000)*, UNISANTOS, 2012.



Todos estes *Encontros* também eram enriquecidos com palestras, danças, comidas típicas, apresentações culturais (teatro, dança ou poesia), missa campal e ritos afros, manifestações e distribuição de cartilhas para mulheres e homens, que diziam respeito aos direitos civis, principalmente ao voto, aos trabalhadores rurais, contra a prostituição ou tráfico de mulheres, contra as drogas e em favor da reforma agrária.

Quanto às práticas educativas o cultivo de hortaliças e alimentos orgânicos, as reuniões de aprendizado que traziam formas e figuras que remetiam ao viver do dia a dia e partir daí conceber o letramento, o cuidado com animais domésticos, trato com crianças recém-nascidas, cuidados com a saúde e os debates emancipatórios, dos direitos civis das pessoas são vivenciadas no dia-a-dia pelas religiosas e suas aprendizes que com o passar do tempo formam as líderes femininas que apoiam e acompanham o trabalho de toda a comunidade visando o bem coletivo. Tais experiências educativas pretendem revelar que se mulher estivesse sempre de alguma forma vinculada ao processo histórico, esta seria vista como um ser social que também integra os sistemas de poder, não passiva ou submissa, mas aquela que causa mudanças e até rupturas dentro da sociedade.

De acordo com a historiadora Maria Izilda Matos (1998) a participação da mulher na constituição da história é muito maior do que temos como informação. Reconstruir os caminhos desta mulher é poder desvendar uma “nova história”, traçada por variadas questões que devem esclarecer até mesmo a criação de movimentos em favor de mulheres e seu acesso. Textualizar o conhecimento apreendido pelas mulheres no decorrer de certo tempo é trazer a nós a memória social e o processo histórico que constituem um novo modo de viver, mudança de habitus, quebrando certa dominação cultural que insiste em colocar a mulher como mera receptora das ações do mundo.

Em se tratando da participação do Estado nestes modelos de educação e apesar das muitas discordâncias ainda existentes entre os projetos educativos do Estado com os da Igreja católica, as religiosas seguem com certa liberdade de ensino, aplicando seus modos de educar por apropriações de concepções pedagógicas conhecidas como o Método Paulo Freire e de Maria Montessori. Em ambos os métodos o educar para conscientizar coloca o aluno no centro do aprendizado, neste caso, a valorização da mulher colocando-a no centro do aprendizado valoriza suas origens e propõe uma releitura da sua realidade. Tais modos de ensinar estabelece uma reflexão acerca dos sistemas impostos, sobretudo políticos, na constituição de uma nova sociedade. Portanto, a respeito da educação para adultos e educação



rural este trabalho se reporta em Paulo Freire (1997) na criação de um método de alfabetização que revelou também uma libertação política. Conscientizar e libertar não para que ela deixasse seu meio, mas para que pudesse *transformar* sua realidade. Já no método Montessori a ajuda mútua e os aprendizados quando repassados umas às outras formam uma espécie de “colmeia” onde o coletivo é fortalecido.

A contribuição é oportuna e revela os efeitos da aprendizagem como tema gerador dentro dos sistemas escolares nos meios rurais. Ainda em Freire sua obra *Educação como Prática da Liberdade* (1967), constata uma crítica ao sistema vigente da época e as formas tradicionais na educação de adultos. Ele argumenta que, mesmo “aos tropeços”, a educação popular realizada nas comunidades acaba por constituir uma nova teoria, sobretudo nas relações humanas, a partir da cultura de cada grupo. Este modelo de educação se articula entre a sua prática e um trabalho político porque realiza a troca entre o homem (singular) e a sociedade (coletivo). Com direito a conhecer e se reconhecer na história, os movimentos de educação popular procuram narrar por si próprios os acontecimentos e suas consequências a partir dos que lutaram contra a opressão, o preconceito e o desprezo que vinham de uma totalidade europeia, tais ações coletivas fazem referência a mulheres e homens do povo. Quem aprende não somente deixa de ser analfabeto, mas transforma a opressão do meio e se liberta. Portanto, esta educação também é um instrumento político de conscientização e politização, através da construção de um novo saber. (FREIRE apud BRANDÃO, 2006, p. 84).

Identificar os processos educativos e quais as consequências para estas comunidades sob a influência da igreja neste período nos ajuda a entender a ideia de futuro e do que realmente ocorreu com a formação destas lideranças femininas. Refutando a ideia de que a educação de adultos não forma, não prepara e não transforma, as educadoras religiosas propõe a educação libertadora. Aos poucos, pela alfabetização e depois pela percepção de sua realidade, um adulto pode sim mudar seu modo de viver, não para se libertar do meio onde vive, mas para transformá-lo em um meio mais livre e democrático.

De acordo com Carlos Rodrigues Brandão (2006) as classes populares se educam dentro da própria prática. O aprendizado proposto pelos educadores que atuam através dos movimentos de educação popular ajuda na criação de “um novo saber” popular. O autor vai além configurando que esta prática de educação é o “instrumento de uma nova hegemonia” (p. 87). A educação popular neste contexto é pautada pela ação coletiva, direcionada para os



grupos, marcada por elementos subjetivos mediados por agentes que causam uma mudança. Cada grupo de agentes possui metodologia praticamente própria, de acordo com sua origem (movimento social), e tais métodos estão sendo muito estudados de alguns anos para cá.

Uma das principais autoras a introduzir debates acerca da educação não-formal no Brasil, Maria da Glória Gohn (2001) propõe uma definição mais ampla sobre o termo. A educação não-formal aliada à educação de adultos conscientiza os menos favorecidos, os capacita para o trabalho e ajuda na resolução de problemas comunitários. Daí tem-se a junção de educação popular e movimento social. Em cada meio social constituem-se práticas educativas particulares que acaba por desenvolver ideias a respeito de uma mudança, uma luta, sugerindo uma participação mais ativa daqueles sujeitos que por ali passam está a chamada luta política. Segundo a autora, a educação popular sem dúvida colaborou e ainda o faz na manutenção dos movimentos sociais e na formação das consciências, mas possui determinadas práticas que não podem ser encobertas, como se não tivessem seu valor e não colaborassem para a ideologia dos grupos.

Como objetivo principal deste modelo de educação não formal concebemos cidadania e o seu meio de aprendizagem é a própria prática social. Com a troca de experiências e com a absorção de conteúdos sistematizados, o conhecimento é adquirido por meio de ações interativas principalmente no plano da comunicação verbal e oral carregada de representações e tradições culturais. Desta maneira “o processo ocorre a partir de relações sociais, mediadas por agentes assessores, e é profundamente marcado por elementos de intersubjetividade à medida que os mediadores desempenham o papel de comunicadores”. (GOHN, 2011, p. 111) Nesta perspectiva, pode-se dizer que a educação popular compreende um projeto político-pedagógico, assim como um projeto político-ideológico, que possui uma intencionalidade e determina uma prática social.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada em minha dissertação de mestrado tem presente a documentação pesquisada no acervo (relatórios e memórias escritas) destas educadoras no Vale do Ribeira, na cidade de Eldorado (SP), além de entrevistas realizadas que retratam suas experiências, sobretudo da vida cotidiana. Em entrevista realizada com Ir. Sueli Berlanga pertencente à Congregação Jesus Bom Pastor, As Pastorinhas, na sede da Equipe de



Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE) e do Movimento dos Ameaçados por Barragens (MOAB), localizados no Centro de Eldorado, SP, ela conta sua trajetória na Congregação e no Vale do Ribeira. No acervo, há livros relacionados à preservação ambiental, luta de camponeses, livros e panfletos enviados por Sindicatos Rurais, de partidos políticos, mas relacionados a direitos do cidadão, como o voto e a educação, livros da Frente Nacional dos Trabalhadores, de Frei Beto, Leonardo Boff, Enrique Dussel, Gustavo Gutiérrez, Paulo Freire e que tratam de movimentos populares, de educação popular, da teologia da libertação, da igualdade nas relações raciais. Há livros que contam a história de negros, da umbanda, da feitiçaria, das lutas latino-americanas, das relações Igreja-Estado, da História da Igreja Latino-Americana, da Pastoral da Criança e do que se refere à emancipação social e política da mulher, sobretudo, das trabalhadoras rurais.

Consta no acervo fotos e documentos de praticamente todos os movimentos e reuniões realizadas do Encontro de Mulheres do Vale do Ribeira e de Passeatas, das reuniões e das comemorações daqueles anos em que as religiosas atuam com fotos e relatos. Há diversos vídeos que estão sendo, aos poucos, convertidos para CDs, ou seja, vasto material que não pode ser ignorado. Um rico material iconográfico e os materiais utilizados nestes processos educativos revelam várias e novas possibilidades de educar nos meios rurais a partir da realidade social destas mulheres.

A observação deve-se fazer atenta, mas o envolvimento é certo. Muitos pesquisadores colocam um caráter de distanciamento, positivista, sobre o meio pesquisado. Não se envolver para observar com neutralidade. Há quem acredite que depois do acolhimento, de tomar o primeiro café na casa do entrevistado, de ouvir suas memórias, de olhar suas fotografias, documentos e conhecer sua marido, seus filhos, parentes e seus modos de vida a “neutralidade” (não entendo bem o que se quer dizer com esta palavra em pesquisa) se mantenha. Quando se trata da chamada observação participante a dúvida só aumenta. Pois bem, digo que observei e participei do movimento prático da educação naqueles meios. A pesquisa nesta perspectiva se deu por observação participante, entrevistas e análise de documentos.

O referencial teórico serviu de arcabouço para a constituição dos conceitos e das categorias de análise. Quanto a este último, necessito dizer que quando iniciei a pesquisa tinha uma preocupação enorme em escolher um autor onde minha prática se encaixasse até que minha orientadora a Profa. Maria App. Franco Pereira orientasse para que não se preocupasse



com isso, eu descobriria no decorrer da pesquisa. De fato, não era uma pesquisa teórica e sim prática, onde o que importava era a realidade pesquisada.

CONSIDERAÇÕES DA PESQUISA

A dissertação não foi um fim nela mesma, a partir daí surgiram outras possibilidades de estudo. A educação de jovens e adultos é algo que precisa ser cada vez mais propagado, viabilizado e entendido não somente como uma política pública, mas de responsabilidade de todos nós. Infelizmente e nesse sentido, esta comunicação retrata que as políticas públicas em favor da educação no interior paulista não adquiriu a consistência necessária no combate ao analfabetismo e uma uniformização do ensino brasileiro.

Outro fator importante é que a Igreja católica, juntamente com outras organizações de classe, a exemplo da Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra por muitas vezes se torna responsável pelos projetos de alfabetização no campo e de formação cidadã de jovens carentes.

Como citado em minha dissertação e presenciado no meio pesquisado a memória é valorizada neste sentido e muitas lembranças foram guardadas por estas mulheres, modos de viver daquelas comunidades (práticas do cotidiano) que formam um saber local. Ir. Sueli admite que há uma tendência para os estudos e prática de uma teologia da libertação nos meios rurais. As obras que possui em seu acervo não escondem sua predileção pela filosofia da libertação. Embora enfatize que a congregação a qual pertence não a apoia e que não considera que as obras que ali realiza sejam obras válidas para o que a ordem determina, não esconde uma satisfação de pertencer a “algum lugar”. Ao tratar da educação, a religiosa não esconde sua insatisfação com as escolas locais, por não valorizar as tradições locais, principalmente a dos negros dos quilombos, afinal, estão cercados por eles, história daquela terra, e negá-la seria como valorizar somente a história dos ricos comerciantes brancos e antigos coronéis que exploravam o ouro da terra.

Pode-se dizer que diante do que foi pesquisado ocorreram elementos que favoreciam uma emancipação, que - sob o olhar iluminador de Enrique Dussel - chamamos de *libertação*, proposta também em seus estudos que chamou de Filosofia da Libertação. Primeiro, porque esta filosofia ocorre dentro de um contexto da vida prática concreta, e porque o ponto de partida é o pobre ou o oprimido, em que este se *afirma como pessoa*, descobrindo o que o



oprime e parte em buscando uma libertação possível. É imprescindível que exista uma articulação entre teoria e práxis, sobretudo pelos processos educativos, para que haja movimentos de ações humanizantes, preenchendo as sementes da libertação.

A libertação no intuito de transformar muitas vezes no decorrer da pesquisa foi utilizado como um termo sinônimo de emancipação, porém acredito que o termo possa ser utilizado de diversas formas, conforme os movimentos das educadoras, que abre novas perspectivas através de pesquisas, tanto no campo histórico quanto das ciências sociais. Fica claro que o termo *libertação* pode ser utilizado -ou apropriado conforme a pesquisa tratada, afinal, são tempos, espaços, projetos e agentes diferentes em cada processo de construção do conhecimento.

Sem dúvida e para finalizar, os projetos educativos propostos no Vale do Ribeira criaram novos hábitos de participação na vida coletiva e nas relações étnico-raciais e comprometeram aquelas mulheres na construção de uma nova realidade, transformadora, pois a partir dos aprendizados elas seriam responsáveis pela condução de suas ações.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos R. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 87. Coleção Primeiros Passos.

BUSKO, Paula S. **Memória e Libertação: Ações e Modos de Educar de Mulheres da Igreja no Litoral Sul Paulista (1950-2000)**. Santos (SP), Brasil. Universidade Católica de Santos, Programa de Pós Graduação em Educação (Dissertação de Mestrado), 2012.

FREIRE, Paulo. (1967). **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. (1997). **Pedagogia da autonomia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e Cultura Política**. Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. Questões da Nossa Época. 5. ed., São Paulo: Cortez, 2011.

MATOS, Maria Izilda. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP. n. 11, p. 67-75, 1998.



ALFAEJA
III Encontro Internacional de Alfabetização
e Educação de Jovens e Adultos

MATOS, Maria Izilda; SOLER, Maria Angélica (Orgs.). **Gênero em Debate: Trajetória e Perspectivas na Historiografia Contemporânea**. São Paulo: EDUC, 1997.

MONTESSORI, Maria. **Mente Absorvente**. Tradução Wilma Freitas R. de Carvalho. Rio de Janeiro: Nórdica, 1987.

PAIVA, Vanilda P. (Org). **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Loyola, 2003.

____. **Perspectivas e Dilemas da Educação Popular**. Centro João Paulo XXIII.v. 4. Rio de Janeiro: Graal, 1984. Seminários Especiais.